

EXPANSÃO URBANA E OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO NO LITORAL NORTE CAPIXABA: ESTUDO DE CASO DE ARACRUZ-ES

Dr. Prof.º Giovanilton André Carreta Ferreira

Orientador

Roberto Cabral Junior (rcjunior@outlook.com)

Orientando e aluno de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

O tema da financeirização da economia está entre os mais debatidos em mesas redondas de planejamento de cidades. A produção da cidade contemporânea por meio das mudanças recentes ocorridas no processo de urbanização da cidade de Aracruz, ES, com destaque para os impactos socioespaciais da financeirização do desenvolvimento urbano.

Em um primeiro momento, a cidade consolidou um conflituoso processo de industrialização da cidade (lógica da cidade industrial, através da Aracruz Celulose), e mais recentemente, advindo do processo de reestruturação produtiva e financeirização da economia globalizada, a cidade vive um novo surto de crescimento urbano que está articulado a tais mudanças na economia financeirizada (integrado também ao boom de crescimento do país nos anos 2000 e ao Espírito Santo 3º ciclo de investimentos de grande porte) gerando novas formas de produção da cidade e impactos sócioespaciais de diversas ordens.

A partir de um levantamento do desenvolvimento das cidades da cidade de Aracruz, propõe-se para este artigo uma análise na mudança dos padrões de produção da cidade, que antes era uma cidade produzida através da industrialização, passa a ser uma cidade movida pela financeirização do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Aracruz, expansão urbana, cidade dispersa, gestão da cidade.

1 – INTRODUÇÃO

A expansão urbana e o ordenamento territorial são questões continuamente abordadas dentro do planejamento de cidades. Estudos apontam que a expansão urbana dispersa é causada não somente pela ocupação irregular nas periferias das cidades, mas também pela criação de demanda do mercado imobiliário. Esses dois tipos de expansão urbana podem ser prejudiciais para a construção de uma cidade compacta e sustentável; e a expansão difusa da cidade, ainda que regular e não clandestina, pode ser danosa para o desenvolvimento urbano.

Há mais de uma década o município de Aracruz ainda passa por um novo processo intenso de expansão urbana. Essa modificação da malha urbana coincide com um novo período de crescimento industrial. A atratividade de pessoas, criada pelo setor, aquece o mercado imobiliário e propicia o aumento do valor dos imóveis dentro do município, criando um cenário favorável para a expansão da cidade.

Todo esse crescimento da mancha urbana avança por além dos limites do perímetro urbano atual da sede do município, definido pela lei 3.143/2008, o Plano Diretor Municipal. Para tanto, em 2010, foi emitida uma lei, que criava a Zona de Expansão Urbana e Amortecimento Rural, a fim de se controlar a expansão desordenada. Contudo, existem controvérsias sobre como o atual perímetro urbano e a zona de expansão podem ajudar no controle desse avanço horizontal da cidade.

A falta de regulamentação desses instrumentos na lei, como a zona de expansão, e os instrumentos do Estatuto da Cidade, preocupam por sua omissão quanto as diretrizes de controle e ordenamento do crescimento urbano sobre a zona rural. Dessa forma, a problemática se evidencia com o espraiamento da cidade, e a criação de manchas urbanas desconexas dentro de sua zona de expansão. Portanto é necessário que existam na lei diretrizes específicas que ordenem o crescimento da cidade de acordo com suas características, demandas e tipologia. Um fator potencialmente agravante é a distância em que alguns dos empreendimentos se encontram da malha urbanizada da cidade, gerando gastos para o poder público, que recebe o ônus de levar infraestrutura até o local do empreendimento, além de ônus como impactos no alcance de seus equipamentos públicos, como hospitais, escolas que acabam por distantes desses novos empreendimentos, aumentando o tráfego de pessoas e automóveis. Esse cenário cria o que pode ser chamado de urbanização dispersa.

Portanto, é importante compreender como se dá a expansão urbana do Município de Aracruz. Para tanto é proposto neste trabalho, um estudo do atual modelo de expansão urbana do Município de Aracruz, através da análise do perímetro urbano atual, o processo de expansão urbana decorrente, os modelos de parcelamento do solo e edificações habitacionais, adensamento ou não adensamento, vetores de expansão e suas características (industrial, comercial, serviço, residencial, adensado, espraiado, entre outros) diagnosticando seus entraves e problemas. Com base nesta análise, busca-se pensar um plano de expansão urbana para o Município de Aracruz, a partir do conceito de cidade compacta.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Muito se questiona neste século XXI sobre o crescimento da urbanização das cidades e o tipo de expansão do qual o planejamento urbano tem tomado como consenso. Muitos autores abordam o tema expansão urbana e se colocam de ambos os lados, por cidades mais compactas ou cidades dispersas. Bernardo Secchi identifica um paralelismo entre o desenvolvimento da dispersão urbana e da aglomeração de centros urbanos após a década de 1970. O autor afirma que existiu uma sequência antes da década de 1960 (período fordista), primeiro sobre a formação da cidade pela concentração progressiva, acompanhado pela fragmentação e dispersão do urbano em “territórios de dimensões inimagináveis” (PESCATORI, 2015). Com isso, a autora destaca a importância dessas duas tendências morfológicas na construção do espaço urbano.

A estrutura da metrópole fordista do segundo pós-guerra mudou por completo a estrutura da cidade. Com o modo de produção em massa das fábricas e o fim da Segunda Guerra Mundial, deu-se início a uma dualidade centro/subúrbio. Houve uma clara separação das áreas urbanas e suburbanas e a criação de centros industriais longe dos centros urbanos junto com o avanço da indústria automobilística incentivaram o crescimento e a ocupação de periferias. Entretanto, “os subúrbios da segunda metade século XX não se pareciam com a cena urbana de degradação, hábitos desregradados, do território inferior dos subúrbios dos séculos anteriores ao séc. XVIII” (JACKSON, 1985; FISHMAN, 1987; apud SANTORO, 2012).

Na verdade, ainda segundo a autora, os primeiros subúrbios do séc. XIX (século do ferro) nos Estados Unidos da América, foram os primeiros subúrbios viajantes, nos quais a separação casa-trabalho se dá através das ferrovias, distante da cidade, distinguidos por uma elite dominante.

Quase um século depois, com a industrialização fordista e o incentivo à utilização do automóvel como meio de locomoção, o cenário dos subúrbios passou a mudar. A cidade central, a qual oferecia a maioria dos serviços, principais atividades econômicas, políticas e culturais, passou a ter um custo elevado, e logo foi agregado a suburbanização, um motivo econômico (SANTORO, 2012).

A partir da migração do setor produtivo para longe dos centros urbanos, os subúrbios deixaram de ser apenas para classes elitizadas e começou a se tornar um movimento de dispersão da cidade. Essa homogeneidade socioeconômica do subúrbio se mostrou dependente do centro, que oferecia todos os demais serviços para a população que agora morava distante.

Logo após o período de crescimento econômico do pós-guerra (1945-1968), o modelo fordista enfrentou dificuldades para promover e sustentar o crescimento econômico devido aos investimentos de longo prazo, ao esgotamento dos meios de crescimento de produtividade, juntamente com o aumento das contradições sociais e o desenvolvimento da concorrência internacional. A guerra de Israel que fez com que o preço do petróleo aumentasse, juntamente com a inflação do dólar nos EUA, que era referência de todas as economias ocidentais depois da década de 40, levando à falência de boa parte das indústrias da Europa, (têxtil, siderúrgicas e automobilísticas), culminando na crise dos anos 70.

Com a decadência do modelo e o início do período pós-fordista ou da cidade contemporânea, com o início das novas tecnologias de informática, comunicação e automação, houve uma flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de mão-de-obra; e ainda houve uma descentralização do mercado de trabalho e prestação de serviços. Os *urban core*¹ deixaram de ser a única fonte de prestação serviços.

Esse tipo de expansão provoca o que podemos chamar de cidade dispersa, que atualmente, são concentrações de bairros suburbanos fechados, com infraestrutura projetada, destinados a serem complexos habitacionais de classes média e alta. Esses conjuntos habitacionais têm características semelhantes: são comumente afastados dos *urban cores*, tem toda infraestrutura necessária para a vida das pessoas dentro do mesmo e ainda usam dos mesmos tipos de propaganda para venderem seus produtos.

Portanto, as cidades dispersas, causam grande impacto sobre a organização do território, como:

1. A descentralização da cidade em vários pequenos centros formados por serviços menos complexos e de menor atribuição social;
2. A desintegração socioespacial que gera altos custos sociais, com a separação das funções básicas da vida urbana em espaços monofuncionais. Devido a isto a riqueza dos contatos se perde, havendo uma redução da quantidade de experiências que uma cidade pode oferecer, e redução do contato entre classes de renda diferentes.
3. Enclaves urbanos, sem conexão com entorno;
4. Perda da urbanidade;

¹ 'coração da cidade', em tradução literal, se trata de uma expressão americana utilizada para os centros da cidade que foram se tornando subutilizados. (SANTORO, 2012)

5. Gera altos custo econômicos para seus habitantes e para sociedade, pois a dispersão necessita de uma rede de transporte maior, acarretando no maior uso desses modais. O aumento da distância inviabiliza o transporte coletivo e obriga o uso do transporte individual, além do aumento na produção de dióxido de carbono, poluição sonora e maior taxa de acidente de trânsito.
 - a. Custos para o governo com a progressiva expansão urbana dispersa aumentam, juntamente com os custos em investimentos de infraestrutura para as demandas de novas áreas.
 - b. Custo para as pessoas, com o tempo de deslocamento, custo do transporte.
 - c. Custo para as empresas, com a força de trabalho obrigada a se deslocar por grandes percursos, no transporte de produtos e na manutenção de suas filiais.
6. A dispersão torna a cidade mais, setorizada, segregada socialmente, insegura, especializada, insustentável.

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO OU DESENVOLVIMENTO

Há mais de uma década o município de Aracruz ainda passa por um novo processo de expansão urbana. Essa modificação da malha urbana coincide com um novo período de crescimento industrial. A atratividade de pessoas, criada pelo setor, aquece o mercado imobiliário e propicia o aumento do valor dos imóveis dentro do município, criando um cenário favorável para a expansão da cidade.

Segundo Camila Orrico, (2010), a partir da década de 1970 o Município de Aracruz sofreu uma brusca transformação em seus meios de produção econômica e na sua história. Até este período tinha como produto principal a produção de café, passando por uma mudança após a chegada da empresa Aracruz Celulose. (ORRICO, 2010)

A empresa participou da criação do espaço urbano da cidade de Aracruz, construindo dois bairros, distintos até os dias atuais. O bairro Coqueiral, localizado na Orla do Distrito de Santa Cruz, e o bairro Morobá, localizado na atual sede do município. O primeiro criado para diretores e funcionários de cargos de maior hierarquia na empresa. O segundo construído para abrigar funcionários de cargos de menor hierarquia na empresa.

Dessa forma, podemos identificar que as transformações do espaço urbano da cidade, foram e ainda são provenientes da influência que a indústria tem sobre o município. O Município de Aracruz, durante os últimos 15 anos, passa por um intenso processo de urbanização de terras às margens do Perímetro Urbano de seu distrito Sede. Empresas locais e não locais investem na implantação de loteamentos, condomínios de casas e habitações de caráter social. A industrialização do município, através de empresas que se instalam em sua Orla, induziram desde a forma como foram criados os limites dos distritos até como o mercado imobiliário regional empreende dentro da cidade.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Devido aos fatores abordados anteriormente o Produto Interno Bruto do Município no ano de 2013 chegou à R\$ 5.214.974,00, quase 5 vezes maior do que o valor referente ao ano de 2000, que foi de 1.077.306,00 aproximadamente. Esse crescimento do PIB, possivelmente se deu por conta da indústria, fortemente presente no município, que no ano de 2013 foi responsável por 61% do valor total do Produto Interno Bruto da cidade. (IBGE, 2013)

Todo esse crescimento da malha urbana avança por além dos limites do Perímetro Urbano atual da sede do município, definido pela lei 3.143/2008, o Plano Diretor Municipal. Para tanto, em 2010, foi emitida uma lei, que criava a Zona de Expansão Urbana e Amortecimento Rural, a fim de se controlar a expansão

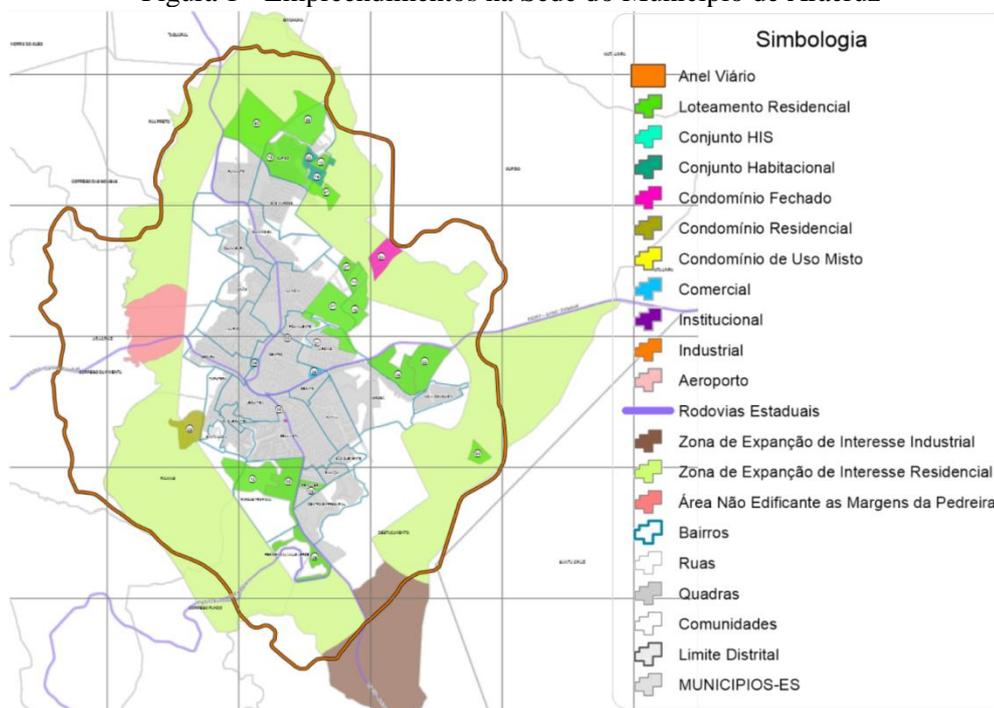
desordenada. Contudo, existem controvérsias sobre como o atual perímetro urbano e a zona de expansão podem ajudar no controle desse avanço horizontal da cidade.

O Perímetro Urbano do Município de Aracruz foi estabelecido pela Lei municipal 3.143/2008, o Plano Diretor Municipal. O polígono apresenta uma área de aproximadamente 18,9 km² (Figura 19). Como pode-se notar, dentro do perímetro urbano existem áreas que nem sequer apresentam infraestrutura, áreas ainda destinadas a plantação de eucalipto, e áreas com características rurais.

A malha urbanizada consolidada dentro do perímetro urbano tem uma área aproximada de 9,56 km². Dessa forma, apenas metade da área total do Perímetro Urbano atual, delimitado pelo plano diretor, está ocupada. Dessa forma, o perímetro urbano não cumpre a função de controle da expansão urbana, mas incentiva a urbanização horizontal e dispersa da cidade.

A falta de regulamentação desses instrumentos na lei, como a zona de expansão, e instrumentos do Estatuto da Cidade, preocupa sob o aspecto de utilização dos mesmos para a ordenação do crescimento urbano sobre a zona rural. Dessa forma, a problemática se evidencia com o espraiamento da cidade, e a criação de “bolsões” dentro de sua grande zona de expansão. Portanto é necessário que existam na lei diretrizes específicas que ordenem o crescimento da cidade de acordo com suas características, demandas e tipologia.

Figura 1 - Empreendimentos na Sede do Município de Aracruz



Fonte: SIMGEO, Prefeitura Municipal de Aracruz. 2016. Mapa produzido pelo autor.

Um fator potencialmente agravante é a distância em que alguns dos empreendimentos se encontram da malha urbanizada da cidade, gerando gastos para o poder público, que recebe o ônus da construção de infraestrutura. Esse cenário cria o que pode ser chamado de urbanização dispersa. Dessa forma, vemos que a expansão urbana é causada também pelo fator econômico da valorização imobiliária, em que à medida que o lote se afasta dos centros urbanos torna-se mais barato. Isso, gerado pela especulação financeira criada pela retenção de terras (vazios urbanos) dentro da cidade já provida de infraestrutura.

Pode-se perceber que o atual Plano Diretor é o principal produtor do tipo de urbanização presenciada em Aracruz, pois o mesmo não regulamenta grande parte dos instrumentos do Estatuto da Cidade que poderiam controlar a aprovação de loteamentos e outros empreendimentos imobiliários na Sede de Aracruz. Por outro lado, o crescimento da cidade como uma cidade industrial tem fomentado o interesse

do capital privado em investir no ramo imobiliário, sendo esta também uma das causas da pressão exercida nos limites urbanos definidos pela lei.

O espaçamento entre parágrafos é de uma linha em branco, fonte Times New Roman, tamanho 11. O espaçamento entre o último parágrafo e um **Título** é de três linhas em branco, fonte Times New Roman, tamanho 11. O espaçamento entre o último parágrafo e um **Subtítulo** é de duas linhas em branco, fonte Times New Roman, tamanho 11. Utilize este arquivo como exemplo para a escrita do trabalho uma vez que ele já está com a formatação padrão exigida.

5 – CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise feita sobre os tipos de cidade, pode-se perceber que ao longo dos últimos 150 anos, a terra foi usada como forma de absorver a mais-valia excedente gerada pelas grandes empresas. Os altos custos para urbanização formaram o par perfeito com as montanhas exorbitantes de dinheiro que as indústrias produziam e não poderiam reinvestir sem causar o colapso do sistema capitalista. Dessa forma o modelo de cidade dispersa, urbanização das periferias, e construção civil, entraram para o rol de atividades que sustentam o Capitalismo contemporâneo, alinhado a superprodução de eletrônicos e a “*cultura fast*” dos países ocidentais.

A construção da cidade de Aracruz parece tomar o mesmo rumo, assim como a maioria das cidades brasileiras. Através da análise da lógica de implantação dos empreendimentos, foi possível concluir como o capital financeiro e especulativo controla a produção da expansão urbana.

6 – REFERÊNCIAS

1. ARACRUZ (ES). Lei nº 3.143, de 30 de setembro de 2008. Dispõe sobre o desenvolvimento municipal de Aracruz e institui o Plano Diretor Municipal e dá outras providências. Disponível em http://www.pma.es.gov.br/arquivos/leis/LEI_N._3143_-_PDM.pdf. Acesso em: 05/11/2016
2. ARACRUZ (ES), Prefeitura Municipal. História do município. <http://aracruz.es.gov.br/historia>. Acessado em 05/11/2015.
3. ASCHER, F. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
4. GEHL, J. Cidades para Pessoas. Washington: Island Press, 2011.
5. LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? Revista Formação, Presidente Prudente, n.14, v.1, p.31-45, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/705/728>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.
6. ORRICO, C. M. B. A urbanização recente de Aracruz. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, Vitória. 2010.
7. PESCATORI, C. Cidade Compacta e Cidade Dispersa: Ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília. Universidade Federal de Brasília. Brasília, DF, Brasil. R.B. Estudos Urbanos E Regionais V.17, N.2, p. 42-62. 2015.
8. SANTORO, P. F. Planejar a Expansão Urbana: Dilemas e Perspectivas. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2012